



O MOBREAL REMEMORADO APÓS QUATRO DÉCADAS: NARRATIVAS DE EX-ALUNOS DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Jailson Costa da Silva¹; Marinaide Lima de Queiroz Freitas²

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Linha de pesquisa: História e Política da Educação. Membro do Grupo de Pesquisa MULTIEJA. E-mail: jailsonsandes2009@bol.com.br. ² Professora da Graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação Brasileira – CEDU/UFAL. Líder do grupo de pesquisa MULTIEJA. E-mail: naide12@hotmail.com.

EIXO TEMÁTICO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA PESQUISA EM EJA EM DIFERENTES ESTADOS E NO PAÍS

RESUMO

A temática que apresentamos é um aprofundamento de uma pesquisa realizada no período de 2011-2012, no âmbito dos Centros de Referência de Educação de Jovens e Adultos, que gerou uma dissertação de mestrado denominada *O MOBREAL no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas*, defendida na Pós-Graduação de Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Partiu da seguinte problematização: Quais os impactos/contribuições do Programa de Alfabetização Funcional (PAF), implementado em 1970, pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)¹, após quatro décadas? Os resultados levaram-nos a continuidade dessa discussão no curso de doutorado, da mesma Universidade, articulando-se em rede na interlocução de pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio de Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD/Casadinho), financiado pela CAPES/CNPq/INEP. Este texto tem como foco situar esses impactos/contribuições, na formação de sujeitos sertanejos.

¹ O MOBREAL nasceu como Fundação amparada pela Lei n. 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Era originalmente financiado por recursos provenientes da Loteria Esportiva e da indicação de até 2% do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas. Em momento posterior, seus recursos limitam-se ao Imposto de Renda, nas mesmas regras anteriores. Em 1985, quando da chamada transição democrática se iniciava, por eleição indireta, o retorno à democracia, a instituição MOBREAL foi extinta, dando origem à Fundação Educar, que teve objetivos e finalidades redimensionados, estrutura e vinculação com o MEC, definição de propósitos e *modus operandi*, passando a atuar em apoio e fomento a ações diretas executadas por municípios e estados.



O PAF foi um programa que, assumindo desde a nomeação — *funcional* — a concepção de um modo de alfabetização, tinha a finalidade de utilizá-la para aplicação imediata no cotidiano, o que deveria ser feito em prazos curtos, revertendo rapidamente a condição da mão de obra trabalhadora até então analfabeta, designada a partir desse momento, como minimamente, alfabetizada.

Considerando a ausência de memória escrita, sobre o MOBREAL no Sertão alagoano foi necessário, recorrer a abordagem qualitativa da história oral, tendo como base Pollak (1989) e Portelli (1997). O interesse por essa abordagem, deu-se no intuito de reinterpretar o passado por meio dos vestígios de memória e adveio do pressuposto de que os fatos que não foram registrados pelos documentos oficiais têm, no testemunho oral, a oportunidade de serem contados por meio das narrativas dos sujeitos ordinário e anônimos das culturas minoritárias (CERTEAU, 2011 e BENJAMIN, 2012).

Neste sentido, destacamos os estudos de Pollack (1989), que ao enfatizar as memórias subterrâneas, que de forma subversiva afloram no silêncio e no esquecimento das culturas minoritárias, nos diz: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...]” (op.cit., p. 4).

Entendemos, a partir das palavras de Portelli (1997) que o pesquisador precisa estar consciente do seu papel enquanto sujeito da pesquisa, e do valor imensurável das fontes orais para a reinterpretação dos fatos históricos. Dessa forma, com essa reflexão é adequado esclarecer que, por meio da coleta e da análise de dados o pesquisador, também, dá sua contribuição à história, pois, como destaca o pesquisador (op.cit., p.36) “O resultado final da entrevista é um produto de ambos, narrador e pesquisador.” A história oral possibilitou-nos, o enriquecimento de uma reconstrução do passado, uma vez que, vozes silenciadas tiveram seu espaço, permitindo aos pesquisadores a faculdade de “intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012). A singularidade das entrevistas permitiu-nos escutar as vozes dos sujeitos sertanejos que até então não haviam tido a oportunidade de narrar suas experiências, especialmente porque não eram vistos como “sujeitos falantes”. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Certeau (2011, p. 222) ao considerar que “A linguagem oral espera para falar, que uma escrita a percorra e saiba o que ela diz.”



Neste recorte, privilegamos as narrativas memorialísticas de ex-alfabetizandos do Movimento, no Município de Santana do Ipanema, localizada no Médio Sertão alagoano, que de forma surpreendente aprovaram as ações de alfabetização do PAF/MOBRAL, Movimento, criado pela Ditadura Militar² no período de 1970-1985.

A análise dos dados apontou que à época, mesmo com as controvérsias existentes o MOBRAL, teve forte aprovação entre os residentes da localidade em estudo, no que se refere ao significado das ações alfabetizadoras do Movimento, na perspectiva dos ex-alunos, uma vez que este se apresentava como a primeira oportunidade de acesso ao ensino para os sujeitos sertanejos entrevistados, que à época residiam na zona rural do município em estudo, fato que dificultava ainda mais a apropriação de ações governamentais, de maior concentração na cidade sede do município.

As sínteses sistematizadas a partir das narrativas dos sujeitos sertanejos, ex-alfabetizandos do PAF/MOBRAL podem dar pistas e realizar inflexões nos desdobramentos dos *Centros de Referência e Memória da EJA*, cujo compromisso é resgatar um tempo pouco estudado e revelado da história da educação de jovens e adultos no país, exercitando a recomendação de Benjamin (2012): a contrapelo.

Palavras-chave: Memória; MOBRAL; Alfabetização de Jovens e Adultos

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da escrita*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1).

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

POLLACK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Proj. História, São Paulo (14), fev. 1997.

² O projeto da ditadura militar passava pelo alargamento do avanço capitalista na constituição do país pela industrialização e, por isso mesmo, necessitava de mão de obra qualificada — o que incluía maior escolarização e redução do analfabetismo entre a mão de obra industrial — para que atraísse multinacionais e desse conta de “retirar o Brasil do atraso histórico” a que estava submetido. Esse projeto, passava pela melhoria dos níveis de escolarização de jovens e adultos, historicamente interditados do direito à educação no país.



ALFAEJA
II Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos